

Maria Teresa Santos é docente do Departamento de Filosofia da Universidade de Évora (Portugal) desde 1982. Responsável por várias disciplinas como Filosofia da Educação e Filosofia Medieval, tem sido professora convidada ou conferencista em universidades portuguesas e estrangeiras (USA, Espanha, Itália, Brasil e Angola). No âmbito das tarefas académicas tem integrado órgãos consultivos e directivos. É membro integrado do Instituto de Filosofia da Universidade do Porto e membro associado do Centro Interdisciplinar de Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades, da Universidade de Évora, tendo participado em vários projectos de investigação: ‘Cooperación Transnacional contra la Discriminación’; ‘Gender and educational dissemtries. An exercice to read mix models’; ‘Ruptures, emotions and feelings and gender inequalities’; ‘Teacher education Schools in Portugal: history, archive, memory’. Pertence a várias associações de carácter académico e ao quadro editorial ou científico de revistas nacionais e estrangeiras (Portugal, Espanha, Brasil, USA), tendo colaborado em vários livros e revistas.

ISBN 978-85-7628-691-2



9 COLEÇÃO DOCUMENTOS E HISTÓRIA

Maria Teresa Santos

CIVILIDADE E EDUCAÇÃO



9 COLEÇÃO DOCUMENTOS E HISTÓRIA

Maria Teresa Santos

CIVILIDADE E EDUCAÇÃO:

um estudo do Compêndio da civilidade em forma de diálogos para o uso dos meninos das escolas de ler, escrever e contar

Educação e civilidade têm sido conjugadas pelo poder político para regular a vida social segundo uma matriz comportamental conveniente à conservação da estabilidade política e ao avanço multidirecional do progresso. São muitos os manuais de civilidade que se escreveram, ora repetindo o espelhamento de virtudes, ora caindo no exagero dos maneirismos e da codificação fútil. Neles a educação encontrou o suporte material para, fora do espaço escolar, intervir na formação ético-política de certos estratos sociais, reforçando os padrões de regulação hierárquica e de identidade grupal. O livro que agora se publica inclui Luís Carlos Moniz Barreto entre os autores deste modelo de manuais. Açoriano, natural de Velas, bacharel em Leis pela Universidade de Coimbra, emigrou para o Brasil como Ouvidor da Capitania de Santa Catarina, tendo tomado posse a 16 de Agosto de 1787. O seu inédito Compêndio de Civilidade distingue-se dos demais por duas razões: tem a estrutura dialógica e a retórica racional dum catecismo político destinado a crianças das escolas menores, criadas por Marquês de Pombal; tem inspiração no Leviatã de Hobbes, conciliando a autoridade teológica em vigor com a autoridade assumida. O pequeno Compêndio não esconde a formação jurídica do seu autor, convicto do valor da educação política das crianças para a promoção da civilidade no seio do Estado iluminado e absoluto. Luís Carlos Moniz Barreto funde intencionalmente a função educativa do Estado com a educação ao serviço do Estado, de modo que a ‘civilidade’ se manifesta na concertação da obediência à autoridade emanada da lei e na contenção da violência contra o Estado. Como resultado, educar é (con)formar cidadãos e a civilidade é a expressão social de cidadãos conformados.